

**18 MARÇO**

DEFENDER O SERVIÇO PÚBLICO,  
OS DIREITOS E OS SALÁRIOS

**GREVE NACIONAL**

CONTRA OS ATAQUES  
DO GOVERNO BOLSONARO



   @sintrajud [www.sintrajud.org.br](http://www.sintrajud.org.br)

# A "Nova previdência" já vai confiscar seu salário

As alíquotas previdenciárias impostas com a 'reforma' previdenciária do governo Bolsonaro começam a valer em março (veja abaixo o percentual a mais de seu salário que será descontado a partir do dia 1º/3).

## QUANTO VOCÊ VAI PAGAR A MAIS DE PSSS

Vencimentos até R\$ 6.101,06:  
mantida contribuição atual

Vencimentos até R\$ 10.448,00: + 0,5%

Vencimentos até R\$ 20.896,00: + 2,5%

Vencimentos acima de R\$ 20.896,00: + 5%\*

\* Para quem tem vencimentos acima de R\$ 40.747,20, o desconto será majorado em 8%. **Fonte:** Min. da Economia. Portaria 2.963, de 4/2/2020.

O 18 de março (18M) - dia nacional de paralisações, greves e mobilizações convocado por todas as centrais sindicais, pela federação nacional da categoria (Fenajufe) e o Fórum de Entidades Nacionais dos Servidores Federais (Fonasefe) - é fundamental na busca da reversão desse verdadeiro confisco.

O Sintrajud já pediu ingresso como *amicus curiae* nas ações declaratórias de inconstitucionalidade que tramitam no Supremo Tribunal Federal para reverter o aumento das alíquotas e outros ataques impostos com a 'reforma' da Previdência. Mas é a pressão sobre os ministros do STF e o Congresso Nacional que faz a diferença, como vimos na recente luta em defesa dos quintos.

Além da "Nova previdência", se

o governo aprovar o plano 'Mais Brasil' (saiba mais ao lado), o presidente do STF poderá cortar os salários em mais 25%.

A cúpula do Judiciário cada vez mais evidencia que está com o governo nos ataques aos trabalhadores. A recente decisão do ministro do TST Ives Gandra Martins Filho, determinando funcionamento de 90% das atividades durante a greve dos petroleiros, com bloqueio das contas dos sindicatos, é um exemplo de que o "pacto" entre o Executivo, o Legislativo e o Judiciário defendido pelo presidente do Supremo, Dias Toffoli, está se dando na prática.

**Você vai se mobilizar ou perder quase metade de sua renda?**

## 'Reforma' administrativa é a próxima ameaça

O próximo passo do governo para efetivar seu projeto de retirada de direitos é a 'reforma' administrativa, prometida ainda para este mês. E o presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM/RJ), já anunciou que pretende acelerar a tramitação do projeto que visa extinguir a estabilidade, alongar carreiras e reduzir salários de ingresso.

### Plano

#### 'Mais Brasil'

(PECs 186, 187 e 188)



- Torna permanente e estende o teto de gastos (Emenda 95) a estados e municípios.
- Vincula a aplicação do teto de gastos à chamada "regra de ouro" (limitação dos investimentos para privilegiar o pagamento das dívidas públicas).
- Veda pagamento com efeito retroativo de despesa com pessoal.
- Suspende o reajuste do teto de gastos pelo IPCA caso seja rompida a "regra de ouro".
- Suspende automaticamente aumento de despesa com pessoal se descumprida a "regra de ouro" (vedando criação de cargo, emprego ou função; alteração de estrutura de carreira; contratações; concursos; progressão e promoção funcional).
- Autoriza os poderes e órgãos da União, por atos normativos, a reduzir temporariamente em até 25% a jornada e os salários dos servidores se excedidos os limites de gasto com pessoal ou descumprido o teto de gastos.
- Extingue 248 fundos públicos, redirecionando cerca de R\$ 219 bilhões para amortização da dívida pública.
- Condiciona transferência de receita para os entes federativos à privatização, à redução de benefícios dos servidores e à desindexação, desobrigação e desvinculação ('3Ds').
- Extingue cidades com menos de 5.000 habitantes e receita inferior a 10% do gasto;
- Decisões judiciais que impliquem despesas somente serão cumpridas quando houver dotação orçamentária.